

Ibre alerta para problemas com financiamento externo

ESTADO DE SÃO PAULO

07 MAI 1998

Dívida pública
País terá dificuldades para obter recursos se não reduzir a dívida pública, segundo analistas

SUZANA SANTOS

RIO – O endividamento do setor público brasileiro é preocupante e o País pode ter problemas de financiamento externo se essa dívida não começar a apresentar uma trajetória de redução. O alerta está no editorial da Carta do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, divulgado ontem, cujo tema é dívida pública e estabilização. Lauro Faria, redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica*, que publica a carta, explicou que o Brasil não está cumprindo pa-

drões internacionais definidos para a concessão de financiamentos, como os estabelecidos pela União Européia, no que diz respeito aos indicadores sobre a saúde financeira do País.

A tendência de crescimento da dívida pública, que hoje está na faixa de 45% do Produto Interno Bruto (PIB), é insatisfatória, apesar de o teto fixado pela UE ser de 60%. Essa perspectiva de elevação cria expectativas pessimistas. As altas taxas de juros também fogem dos padrões internacionais e prejudicam ainda mais a situação do Brasil, que tem hoje uma alta dívida mobiliária, cujo montante passou de R\$ 92,54 bilhões em 94 para R\$ 175,72 bilhões em 97. Faria lembra que os juros altos tendem a pressionar ainda mais essa dívida mobiliária.

**JUROS ALTOS
TENDEM A
ELEVAR AINDA
MAIS OS DÉBITOS**

Ele lembrou que o déficit externo

ainda se mantém em níveis aceitáveis, em torno de 4% do PIB, mas também apresenta tendência de alta e os financiadores internacionais consideram o percentual de 6% do PIB um déficit que acende um sinal vermelho.

Para Faria, o Brasil precisa de uma política fiscal que produza um superávit primário para estabilizar as relações entre dívida pública/PIB e dívida pública/tributos. Ele afirmou que, se não ocorrerem mudanças importantes no quadro atual, pode ser necessário renegociar a dívida pública ou buscar soluções por meio do aumento da base monetária.

O redator-chefe da *Conjuntura Econômica* afirmou que isso pode trazer consequências danosas para a inflação, mas lembrou que é possível fazer emissão de dinheiro sem pressionar a inflação. Lauro Faria lembrou que, de 96 para 97, o saldo da base monetária aumentou R\$ 12 bilhões, mas não provocou a alta dos índices inflacionários. Se a economia for mantida desacelerada e os juros ficarem altos, não haveria impacto no custo de vida, segundo ele.